

Saúde: IMPF não O GLOBO terá efeito imediato

* 4 JUL 1995
ISABEL DE PAULA

BRASÍLIA — A emenda Valadares, que propõe a volta do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) como contribuição social, não resolve o problema emergencial da saúde. O autor da proposta de emenda constitucional, senador Antônio Carlos Valadares (PP-SE), disse ontem que a expectativa mais otimista é de que a emenda seja votada no Senado até o dia 15 de setembro. Depois, a matéria ainda terá que ser apreciada pela Câmara. O problema é que os hospitais conveniados querem um reajuste imediato de 40% no valor dos procedimentos médicos, sem o qual alegam não ter a menor condição de funcionamento.

— Até a aprovação da emenda, o Governo terá que fazer das tripas coração e arranjar recursos para a saúde. Uma consulta a R\$ 2 é um estímulo oficial às fraudes — disse Valadares.

Segundo o senador, a única solução emergencial para evitar o fechamento de hospitais é o Go-

verno desembolsar mais R\$ 600 milhões ao mês para o reajuste dos procedimentos e a manutenção das unidades de saúde. Na Câmara, a avaliação é a mesma. Os deputados da Comissão de Seguridade Social, que estão apoiando o ministro da Saúde, Adib Jatene, também defendem que o Governo arrume uma alternativa urgente para garantir o funcionamento da rede de hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O deputado Eduardo Jorge (PT-SP) argumenta que a emenda Valadares não será aprovada em menos de três meses, ou seja, a arrecadação de 0,25% sobre os cheques emitidos só passaria a vigorar no final do ano. Enquanto não é votada a emenda, os deputados da comissão querem que o Governo remaneje o Orçamento para liberar recursos para a saúde. Outra opção seria o uso de dinheiro do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Eduardo Jorge defende ainda que sejam liberados recursos do Fundo Social de Emergência (FSE) que estão sendo retidos e até desviados pelo Tesouro.